



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo n.º 08020777520198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JESSE SOARES CABRAL**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar e esclarecer para ao final requerer o que segue:

A ré informa que em 22/01/2021 foi protocolada petição chamando o feito a ordem tendo em vista que a autora afirma não reconhecer veracidade do laudo médico de fls, Num. 4169381 - Pág. 3, elaborado pelo médico **EDIMAR MACHADO DA SILVA** e que também não reconhece a procuração inserida nos autos, tendo somente feito consulta nos hospitais da região, conforme vídeo anexado.

Com isso, para que não haja dúvida sobre a autenticidade do documento médico apresentado aos autos, a Ré peticionou a este d. Juízo que seja expedido ofício a clínica no qual fora realizado o atendimento requerendo o depoimento do DR EDIMAR MACHADO DA SILVA, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

Quanto ao laudo pericial produzido pelo **Dr. Igor Calegari**, a manifestação da ré foi no sentido da divergência entre as lesões apresentadas em documentos médicos e a avaliação da lesão apontada no laudo.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**<sup>1</sup>.

**Isso, porque, os documentos médicos trazidos NÃO APONTAM EM MOMENTO ALGUM A LESÃO NA CABEÇA:**

**Ficha de atendimento do SAMU:**

---

<sup>1</sup>SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT.(TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)

29 anos, vítima de colisão moto com  
automóvel parado, referindo dor intensa  
em quadril.

CONFERE COM O ORIGINAL

**Boletim de primeiro atendimento do Hospital de Urgência de Teresina:**

SSVV:		(Hora: ____:____)			
Peso: 0,00 Kg	Altura: 0,00 M	IMC: 0,00 Kg/m2	Pulso: 0 bpm	Pressão: 0 mmHg	
<b>DADOS CLÍNICOS:</b>					
PACIENTE VITIMA DE COLISAO MOTO X CARRO COM DORES EM REGIAO LOMBAR					
RELATA TER INGERIDO BEBIDO ALCOOLICA, NAO COLABORANDO COM EXAME FISICO					

**E continua, com a as fichas do Hospital Getulio Vargas:**

**ADMISSÃO MÉDICA**

Nome: <u>Jesse Soares Cabral</u>		Data Nasc. <u>25 / 03 / 86</u>	Prontuário: <u>47357</u>
Idade: <u>29 anos</u>	Profissão:	Naturalidade:	Procedência:
H.D.A. - Por entorse torção lombar (T12 - L2) por trauma da LL, após acidente motociclístico.			

Assim, conforme se pode observar pelos documentos médicos não há correspondência entre a invalidez apontada no laudo e as lesões sofridas em decorrência do acidente.

Ressalta-se que a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na esfera administrativa, no importe de **R\$ 5.735,50 (CINCO MIL E SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)** sendo este valor correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, a ré ratifica os termos da petição 14221508, chamando o feito a ordem para o depoimento do **DR EDIMAR MACHADO DA SILVA**, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

Ratifica ainda que, com relação ao laudo produzido pelo **Dr. Igor Calegari**, por não ter sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 26 de março de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

